

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46 151 718/0001-80

LEI Nº 4.493, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2.005

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E AGRONEGÓCIOS E PROVIDÊNCIAS CORRELATAS. (Projeto de Lei 10/05, de autoria do Senhor Prefeito Municipal)

Eu, WILSON CARLOS RODRIGUES BORINI,

Prefeito Municipal de Birigüi, do Estado de São Paulo, usando das atribuições que me são conferidas por Lei,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º - Fica criada e incluída na Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Birigüi, de que trata a Lei Municipal n.º 3.042, de 29 de setembro de 1.993, ligada diretamente por linha de subordinação ao Chefe do Executivo Municipal, a SECRETARIA MUNICIPAL DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E AGRONEGÓCIOS DE BIRIGUI.

PARÁGRAFO ÚNICO – Competirá à Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e Agronegócios, o abaixo enunciado:

- a) Formular e implementar a política de desenvolvimento e apoio nas áreas de agronegócios, comércio, indústria, turismo e de serviços no Município, coordenando tais atividades juntamente com os demais órgãos da Administração Municipal;
- b) atrair novos empreendimentos industriais, incentivando a ocupação dos espaços industriais, a fim de dar condições de funcionamento das empresas existentes e de atração de novos investimentos;
- c) assessorar o empresariado nos contatos a nível municipal, estadual e federal, articulando o relacionamento das classes patronal e trabalhadora;
- d) assessorar a pequena e micro-empresa, estimulando sua legalização, agilizando e desburocratizando os processos dos estabelecimentos instalados no Município;
 - e) promover a geração e qualidade de emprego e renda no

Município;

f) promover gestões objetivando a articulação das atividades dos distritos, áreas ou zonas industriais e afins.

ART. 2º - São competência básica da Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e Agronegócios, o seguinte:

(M):



ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46 151 718/0001-80

	a) fomentar o desenvolvimento, adotando, para tanto, todas
as medidas pertinentes a e	sse objetivo, por intermédio dos órgãos de sua estrutura, da
administração direta e indir	eta;
·	b) coordenar os programas e projetos de localização de
empreendimentos a serem	implementados, em consonância com o Plano Diretor do
Município e as diretrizes d	le Política Econômica devidamente aprovadas pelo Executivo
	o Tomelou Books and the same of the same o
Municipal;	c) coordenar e acompanhar, no âmbito de sua competência
. 1 ~	de d
e em articulação com os	demais órgãos do Município, a elaboração de pesquisas,
planos, programas e projet	tos voltados para o atendimento das necessidades de sua área
de atuação;	
	d) coordenar as ações voltadas para a elevação do grau de
produtividade, competitiv	ridade e qualidade dos bens e serviços produzidos e
comercializados no Municí	pio:
	e) promover, em articulação com os demais órgãos
competentes do Municíp	io, a criação, ampliação e manutenção de infra-estrutura
necessária ao desenvolvime	ento da indústria, comércio, agronegócios e serviços;
necessaria ao desenvorvina	f) fomentar as exportações dos produtos oriundos do
No minimize	1) Tomontal as expertações and product
Município;	g) promover e executar a política de abastecimento e
* * * * i 3*	g) promover e executar a pontieu de doubteenneme
comercialização de aliment	los e produtos basicos,
	h) implantar estratégias de incentivo à implantação de
empresas que favoreçam o	desenvolvimento do município;
	i) dimensionar demandas de infraestrutura, estabelecer e
implantar estratégias de	direcionamento da implantação de empreendimentos no
município, induzindo à p	rodução de materiais e serviços adequados às demandas da
indústria e comércio locais	s e regionais;
	j) fomentar e promover a livre iniciativa, privilegiando a
geração de empregos;	3)
gerayao ao empregos,	k) promover a construção de galpões industriais visando o
oforacimento de vantagens	s locacionais para pequenas empresas;
Olerechnemo de vamagen	l) manter registro de todas as linhas de crédito passíveis de
t ~ Maniatain a	auxiliar o acesso a elas de pequenas e médias empresas;
aplicação no Municipio e	m) o desempenho de outras competências correlatas;
	m) o desempenno de outras competencias correlatas,
	ART. 3º - A Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e
Agronegócios compreend	erá a seguinte estrutura interna:
	a) Departamento de Desenvolvimento Industrial -
DINDUS;	
	b) Departamento de Desenvolvimento Comercial, Serviços
e Turismo – DCSTUR;	
•	
	c) Departamento de Desenvolvimento de Agronegócios -
DAGRON.	
DI LOICOIT.	d) Assessor Executivo.
	O- /- M
	(Wii / /



ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46 151 718/0001-80

ART. 4º - Ao Departamento de Desenvolvimento Industrial cabe fomentar a Política de Industrialização, integrando a atividade industrial através da agregação de valor e da dinamização dos arranjos produtivos locais, implementando as ações que visem a atração, localização, manutenção, expansão e desenvolvimento de empreendimentos industriais para o Município, com a competência que segue:

a) assessorar o Secretário na formulação e implementação da política industrial do Município;

b) promover pesquisas, estudos e levantamentos sobre o desempenho das empresas industriais do Município;

c) subsidiar as empresas com informações sobre política, programas e incentivos, com a finalidade de fomentar e dinamizar o desenvolvimento industrial:

d) promover e divulgar estudos e pesquisas sobre a industrialização de produtos birigüienses nos mercados interno e externo;

e) promover gestões objetivando a articulação das atividades dos distritos, áreas ou zonas industriais e afins;

f) buscar intercâmbios com órgãos afins, visando o desenvolvimento de parcerias para a realização de práticas economicamente viáveis, ecologicamente sustentáveis e socialmente justas;

g) cooperar com as iniciativas públicas e apoiar as iniciativas privadas em atividades ligadas ao setor;

h) executar outras atividades compatíveis com a natureza do trabalho desenvolvido na unidade.

ART. 5° - Ao Departamento de Desenvolvimento Comercial, Serviços e Turismo cabe fomentar as atividades do comércio, turismo e serviços, tendo por base seu grande potencial de geração de renda e de criação de emprego, oferecendo apoio à inserção de empreendimentos birigüienses no comércio regional, nacional e internacional, competindo o seguinte:

 a) Coordenar, em sua área de atuação, ações que visem a atração, localização, manutenção, expansão e desenvolvimento de empreendimentos para o Município;

b) apoio às ações de desenvolvimento municipal;

c) fomentar a participação de empresas locais no fornecimento de produtos e serviços aos projetos localizados no Município;

d) fomentar e apoiar a realização de eventos de natureza comercial, turística e de serviços, como forma de divulgar a produção local;

e) coordenar as ações que visem a organização, localização, manutenção e crescimento das micro-empresas localizadas no Município, proporcionando apoio através de informações sobre a política, os programas e incentivos do poder público;

f) auxiliar na melhoria de gestão de micro e pequenas

empresas de Birigui;



ESTADO DE SÃO PAULO

DO PREFEITO	CNPJ 46 151 718/0001-80
	g) buscar intercâmbios com órgãos afins, visando o
desenvolvimento de par	cerias para a realização de práticas economicamente viáveis,
ecologicamente sustentáv	veis e socialmente justas; h) cooperar com iniciativas públicas e apoiar as iniciativas
privadas em atividades lig	gadas ao setor; i) executar outras atividades compatíveis com a natureza do
	·
trabalho desenvolvido na	unidade.
	ART. 6° - Ao Departamento de Desenvolvimento de
A magágina agha a pro	omoção, estímulo e fomento às atividades agropecuárias e apoio
Agronegocios cabe a pro	ção e abastecimento dos produtos agropecuários do Município,
aos sistemas de distribui	negócios, devendo para tanto:
com emase para os agror	regoeros, de verdo para antivo.
	a) criar e viabilizar mecanismos de apoio e incentivo aos
produtores rurais objetiv	vando a geração de emprego e renda;
productores rarais, coject	b) executar as políticas agrícolas, visando a organização da
cadeia produtiva e sua si	ustentação econômica e ambiental;
	c) promover a análise de desempenho do setor agropecuario
do Município, propond transporte da produção;	o medidas que objetivem a armazenagem, comercialização e
• •	d) estabelecer e desenvolver projetos e programas para a
valorização das atividad capacitação tecnológica;	es agropecuárias no Município, buscando o desenvolvimento e
-	e) buscar intercâmbios com órgãos afins, visando (
desenvolvimento de par	rcerias para a realização de práticas economicamente viáveis
ecologicamente sustentá	veis e socialmente justas, nas atividades agropecuarias;
	f) cooperar com as iniciativas públicas e apoiar as iniciativas
privadas em atividades l	igadas ao setor agropecuário;
	g) desenvolver ações que possibilitem o acesso do
produtores do Municip	pio às tecnologias atualizadas de produção, armazenagem
comercialização de seus	produtos;
	h) facilitar aos produtores do Município acesso
informações de mercado	 i) executar outras atividades compatíveis com a natureza de
trabalho desenvolvido n	a unidade.
	PARÁGRAFO ÚNICO – O Departamento d
Decenvolvimento de A	Agronegócios desenvolverá suas ações através de Projetos
Programas de interesse	do setor, tais como:
1 10granus de mercose	a) projetos de fortalecimento, melhoria da produtividade
qualidade da produção	
demones an broaden	b) projetos de armazenamento;
	c) projetos para o aproveitamento de produtos de origen
animal e vegetal.	/
	1) autres registes a programas de interesse econômico nara

P:

Município e produtores.



ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46 151 718/0001-80

ART. 7° - Ficam acrescidos no ANEXO 2 - CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, objeto da Lei n° 3.128, de 16 de junho de 1.994, os seguintes cargos:

QUANT. 01	DENOMINAÇÃO Secretário Municipal da Indústria, Comércio e Agronegócios	REFERENCIA Subsidio – Lei nº 4.406, de 05/8/2.004
01	Diretor do Departamento de Desenvolvimento Industrial- DINDUS	V
01	Diretor do Departamento de Desenvolvimento Comercial, Serviços e Turismo – DCSTUR	V
01	Diretor do Departamento de Desenvolvimento de Agronegócios - DAGRON	V
01	Assessor Executivo	VI

PARÁGRAFO ÚNICO - Os cargos de provimento em comissão serão preenchidos por livre escolha do Prefeito Municipal e dentre as pessoas de ilibada competência e reconhecida conduta moral, e portadoras dos requisitos abaixo enunciados:

 $I-Secretário\ de\ Municipal,\ preferencialmente\ formação\ de nível superior na área em que deverá atuar.$

II – Diretor do Departamento de Desenvolvimento
 Industrial - DINDUS, preferencialmente de nível superior na área em que deverá atuar.

III – Diretor do Departamento de Desenvolvimento Comercial, Serviços e Turismo – DCSTUR, preferencialmente de nível superior na área em que deverá atuar.

IV - Diretor do Departamento de Desenvolvimento de Agronegócios - DAGRON, preferencialmente de nível superior na área em que deverá atuar

V- Assessor Executivo, preferencialmente curso superior - funções: assessorar o Secretário e todos os demais Diretores em tudo que lhe for solicitado.

ART. 8º - Para ocorrer as despesas de implantação e instalação da Secretaria ora criada, no seu primeiro exercício de funcionamento, fica o Executivo Municipal autorizado a abrir, por Decreto, crédito adicional especial até o



ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46 151 718/0001-80

valor necessário, procedendo às anulações até igual valor de verbas onde considerar conveniente.

ART. 9º -- Ficam criados Conselhos Setoriais, órgãos colegiados de debate que reúnem a iniciativa privada e governo municipal, encarregados de levantar a demanda e identificar as necessidades de ações conjuntas em suas respectivas áreas; analisar propostas e estabelecer as prioridades de acordo com a política global de desenvolvimento do Município, propondo soluções quando for o caso.

§ 1º -- Os Conselhos Setoriais serão formados por cidadãos experientes e conhecedores das respectivas áreas, por representantes de Entidades de Classe vinculadas ao setor que representa e pelo Secretário da Indústria, Comércio e Agronegócios.

§ 2º-- São órgãos colegiados:

- a) Conselho de Desenvolvimento Agropecuário;
- b)Conselho de Desevolvimento Comercial, Turismo e

Serviços;

- c) Conselho de Desenvolvimento Industrial.
- § 3º -- Os membros dos Conselhos Setoriais não serão remunerados e os serviços prestados serão considerados de relevância para a comunidade.

ART. 10 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Birigüi, aos vinte e dois de

fevereiro de dois mil e cinco.

WILSON CARLOS RODRIGUES BORINI

Prefeito Municipal

ODELI FERNANDES CUSTÓDIO Secretário de Administração

> MARCELO PAREZATI Secretário de Finanças

DR. GLAUGO PERUZZO GONÇALVES

Secretário de Negócios Jurídicos



ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46 151 718/0001-80

Publicada na Secretaria de Expediente e Comunicações Administrativas da Prefeitura Municipal de Birigüi, aos vinte e dois de fevereiro de dois mil e cinco, por afixação no local de costume.

D:

EURICO POMPEU SOBRINHO
Secretário Interino de Expediente e
Comunicações Administrativas

ORGANOGRAMA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E AGRONEGÓCIOS



